

RELAÇÕES ENTRE CONCEPÇÕES DE CORPO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: CONSCIÊNCIA CRÍTICA DA CORPOREIDADE COMO OBJETO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Gumerindo Vieira dos Santos¹

Ciro R. Rodrigues-Añez²

RESUMO

Os conceitos de corpo e de saúde são apreensões subjetivas da relação dos sujeitos com seu ambiente natural e sociocultural, expressando valores, significados e expectativas. A Educação Física (EF) atua construindo subjetividades e sentidos culturais sobre a corporeidade e o bem-estar. Utilizando revisão teórica sistemática, o autor analisa concepções históricas e antropológicas sobre o tema e sua posição no campo e capital simbólico da EF. Propõe uma nova função da EF no processo educacional, sugerindo uma formação profissional que promova a EF como Educação da Corporeidade – processo cujo objeto é a consciência crítica dos sentidos culturais incorporados pelo sujeito social.

Palavras-chave: corpo, corporeidade, qualidade de vida, Educação Física.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um trabalho de revisão teórica sobre um tema pouco discutido na área do conhecimento da Educação Física (EF). Foi suscitado pelas discussões relativas às implicações dos conceitos ampliados de Qualidade de Vida (QV) e Saúde na amplitude das intervenções dos profissionais da área e, de modo especial, na natureza da atividade da EF (SANTOS, 2013), como é concebida e aplicada nos conteúdos curriculares de sua formação neste início de século XXI.

O tema se refere ao conceito de corpo e no que se constitui sua funcionalidade, abordando significados e sentidos sociais que vão

Recebido para publicação em 03/2014 e aprovado em 12/2015.

¹ Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR.

² Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR

além dos aspectos orgânicos, fisiológicos e mecânicos. Também trata do conceito ampliado de saúde, tal como vem sendo discutido nessa área do conhecimento. Essa discussão decorre de novas associações conceituais e teóricas quando se trata de Qualidade de Vida e Promoção de Saúde como aspectos do objeto de estudo e campo de intervenções da EF, como profissão da área da saúde, na sociedade contemporânea (SANTOS, 2013).

Esses estudos desenvolvidos por Santos (2013) demonstram que o debate sobre a sensação de saúde e bem-estar pode ser deslocado do corpo fisiológico para se situar nos aspectos multidimensionais e multifatoriais da consciência de qualidade de vida como apreensão subjetiva da relação dos sujeitos com seu ambiente sociocultural, explicando as sensações, capacidades e reações expressas pelo corpo.

Essa discussão é tomada como indispensável para que a EF identifique sua posição no processo de promoção da saúde e qualidade de vida na sociedade brasileira e redimensione sua função social como intervenção técnico-científica e pedagógica no campo da formação humana. Justifica-se essa discussão mesmo considerando que os construtos relativos à Saúde e Qualidade de Vida estejam em desenvolvimento e sejam abordados diferentemente, conforme o posicionamento epistemológico (positivista ou dialético) dos estudiosos ou agências de formação.

Esse novo campo de saber e de intervenção social, o da saúde, vem ganhando importância em face das repercussões possíveis no estilo de vida das populações, nos costumes e nas ações públicas. Abrange a educação, a atenção em saúde à população e as ações promotoras de uma nova cultura corporal e de outro comportamento em relação à QV.

Alguns autores destacam a contribuição de outros campos de intervenção e de conhecimento na discussão sobre a relação saúde-doença e conceitos como aptidão física relativa à saúde. Mesmo nessas discussões, o pressuposto é de que um corpo objetivo e unificado é um espaço da expressão de certas condições físicas alcançadas como resposta a ações de promoção do bem-estar e satisfação pessoal (SIMÕES, 1998; GONÇALVES, 2010; MARQUES; GAYA, 1999; GUEDES; GUEDES, 1995; RODRIGUES, 2010).

Considerando que essas reações e comportamentos vão além da resposta fisiológica, o artigo analisa visões históricas e antropológicas

sobre os sentidos de saúde e sua relação com os conceitos ampliados de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida (QV). Também é discutida a posição dessas concepções no campo e capital simbólico da EF (BOURDIEU, 1983, 1989).

Para elaboração deste artigo, aplicou-se o método da revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007) para exame da construção histórica dos conceitos e sua repercussão nas práticas culturais em relação à educação corporal e às considerações sobre saúde e função social do corpo.

Os estudos de caráter histórico e socioantropológico, como os de Rodrigues (2010) e outras referências citadas pelo autor, como Maurice Merleau-Ponty, Levi-Strauss, Sigmund Freud, Margareth Mead, Emile Durkheim, Marcel Mauss, Ferdinand Saussure e Jean Paul Sartre, demonstram que o corpo manifesta a forma de uma cultura experimentar, expressar, valorizar e organizar a vida e o papel social dado às funções corporais. Da mesma forma pensam outros, como Karel Kosik, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, das áreas de antropologia, sociologia, linguística e filosofia, citados por Gonçalves (2010).

Assim, a naturalidade do corpo é questionada por esses autores, os quais definem a corporeidade ou corporalidade como o corpo que, em suas funções, percepções e sentidos, foi modificado ou ajustado, adaptado aos interesses sociais e aos modelos de uma cultura e organização política.

Para esses autores, o corpo expressa também formas culturais particulares de compreensão e expectativas em relação às manifestações de gênero, idade e posição social, controlando as sensações, bem como as percepções e outros aspectos da corporeidade. Citam-nas como formas de decodificar, organizar e hierarquizar a relação do homem com a natureza (o ambiente e seu próprio corpo) e a ordem social.

Por outro lado, Santos (2013), em uma tese que estimulou a elaboração deste artigo, destacou a necessidade de superar abordagens mecanicistas e fisiológicas de corpo e de saúde identificadas com suas funções orgânicas. Discutindo a delimitação do conceito de aptidão física voltado ao desempenho esportivo, demonstrou também ser necessário redefinir a saúde e a relação saúde-doença, ampliando as visões sobre bem-estar, satisfação pessoal e qualidade de vida.

A pesquisa de Santos (2013) indica a necessidade de adequação da formação do profissional de EF como profissional da saúde às novas demandas de Saúde e Qualidade de Vida das populações. Essas demandas permeiam as discussões no meio acadêmico desde a década de 1960 (BRASIL, 2000). Esses debates apontam um caráter de multidimensionalidade, subjetividade e de processo contínuo entre as condições de risco, vulnerabilidade ou limite impostas por uma situação negativa na saúde. Destacam sua superação por aspectos positivos, como capacidades desenvolvidas ou compensadas, aplicação de disposições psicológicas, como atitudes e sentimentos positivos, além de comportamentos e aptidões de caráter físico, psicológico, de habilidades e condições sociais, de comunicação, de percepção da posição que o sujeito ocupa num sistema de valores, conforme Fleck (2008).

Essa amplitude de aspectos é trazida pelo conceito de QV – o WHOQOL (World Health Organization Quality of Life) – desenvolvido por profissionais de saúde, antropólogos, cientistas sociais, filósofos, cientistas políticos, especialistas em serviço social, doença mental, saúde coletiva, juristas e gestores públicos, entre outros (FLECK, 1998, 1999, 2007, 2008).

Essas discussões destacam a subjetividade, a percepção e a avaliação subjetiva sobre a vida que cada um tem e abordam diferentes necessidades biopsicossociais e espirituais dos indivíduos em relação às suas condições de vida e à posição que ocupam no sistema de valores e de organização social no grupo em que vivem (FLECK, 1998; SIQUEIRA, 2006, 2000).

Esses aspectos inter-relacionados estão presentes no conceito de Qualidade de Vida que a Organização Mundial de Saúde – OMS propôs: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995 apud FLECK, 2000).

De acordo com WHOQOL (FLECK, 1998), o conceito capta o sujeito em sua relação com o mundo e as coisas, destacando a forma como exerce seu poder de decisão e de influência sobre os determinantes de sua condição de bem-estar e satisfação pessoal. O conceito de qualidade de vida toma como pressuposto que a relação dos sujeitos com o mundo gera saberes sobre saúde e bem-estar,

costumes relativos à alimentação, saúde e qualidade de vida, percepções, conhecimentos, além de redes de apoio social, eventos oferecidos pela sociedade associados à cultura, informação e religiosidade, entre outros. Destaca também que o conceito capta a relação desses sujeitos com coisas relativas à saúde (objetos, recursos materiais e aparatos), entendendo que os determinantes da saúde e de QV são estabelecidos pelas condições concretas de vida. Salienta ainda que o acesso aos recursos de atenção e cuidado, orientação, educação, cultura, moradia, transporte, alimentação, oportunidades de vida ativa, entre outros, é também determinante da saúde e da QV.

Essa abordagem amplia o olhar sobre o papel dessas políticas e dos sujeitos nesses processos, conforme mencionam as Conferências Internacionais da Organização Mundial da Saúde – OMS, desde a década de 1960.

Os estudos sobre o tema demonstram a existência de vários instrumentos de medida de QV associada à saúde, porém poucos abordam a percepção e a condição individual dos sujeitos em relação a condições sociais concretas mais amplas. De acordo com a conceituação do WHOQOL GROUP (1997), devem-se levar em consideração os aspectos globais intervenientes no bem-estar do indivíduo, nos níveis de satisfação geral e no sentimento de bem-estar pessoal com sua vida, destacando seis domínios (domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e aspectos espirituais/religião/crenças pessoais).

Considerando a multidimensionalidade dos conceitos tratados, este artigo identifica a necessidade de uma ruptura epistemológica com o conceito de corpo que se apoia na concepção de sua naturalidade. O artigo aponta contrastes e distinções entre as abordagens epistemológicas exigidas pela revisão das concepções de saúde, qualidade de vida e corpo e as aplicadas no campo simbólico da EF e em sua prática.

Mesmo com a amplitude apresentada pela OMS e, ainda, considerando os atuais estudos acadêmicos, o conceito de corpo aplicado a essas discussões é o de um elemento naturalizado, afeto a questões e condições externas às quais o sujeito reage. Esses estudos versam sobre a dinâmica bioquímica e fisiológica do estresse – especialmente em situações de competição esportiva, das doenças musculoesqueléticas, das disfunções do movimento, entre outros de caráter mecanicista e fisiológico.

Numa revisão sobre a forma como o conceito é tratado na literatura não médica, o artigo enfatizou os estudos de caráter filosófico e socioantropológico, o corpo como objeto de atenção cultural e social, conceito que surge a partir da emergência da individualidade no advento da modernidade (LE BRETON, 1995 apud CAVALCANTI, 2005), destacando que:

- A noção de que o corpo é mais social que individual, mais cultural do que natural, uma vez que os valores e ritos relacionados a esta noção denunciam um complexo de símbolos, que orienta o comportamento social através de mensagens, para ordenamento da relação do homem com a natureza e com os outros (RODRIGUES, 2010).

- A coação que o corpo sofre num processo disciplinar das mentes e autonomia dos indivíduos, através de ideias, conceitos, modelos, regras, idealizações, símbolos, práticas que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2004 apud GAMA et al., 2009), através de micropoderes que perpassam todo o corpo social, acarretando transformações e modificações de condutas nos indivíduos. A noção e o comportamento relativos ao corpo resultam de um processo minucioso de influências que o definem como o produto de uma coação calculada, de um processo social e cultural que esquadrinha cada função corpórea, com fins de mecanização dos movimentos e reações.

Estudos e análises de cunho socioantropológico reorientam a concepção sobre o corpo e suas funções, demonstrando que as interpretações em relação a essas representações, reações, comportamentos e funções corporais, sejam elas quais forem, estão vinculadas ao contexto social, cultural, político e econômico. Novas abordagens das doenças físicas, comportamentos e patologias psicológicas com expressão física são feitas por Sigmund Freud e William Reich (LOWEN, 1977), explicando como o indivíduo manifesta corporalmente sua personalidade, aspectos psicológicos reprimidos

ou desenvolvidos em sua formação, conflitos, neuroses, estresse e mecanismos de adaptação e de defesa.

Essas abordagens demonstram que os modelos construídos pela educação e valorizados pela cultura estão associados às atenções desenvolvidas pela sociedade para cada gênero, idade, posto e importância cultural, dando-lhes um significado estruturante do comportamento, conforme Barembliitt (1992).

Em outros termos, a educação do corpo faz parte do processo de aculturação, de controle social e ajustamento dos indivíduos a modelos cultural e politicamente úteis (relativo à distribuição do poder e do capital simbólico) para o ordenamento social (BOURDIEU, 1983, 1989, 1989).

A construção do capital simbólico do campo profissional da EF tem componentes históricos específicos, ligados à origem militar e médico-sanitarista. Marcados ainda por essas visões, esses profissionais deixam, muitas vezes, de observar e apreender, com outros olhares, as necessidades humanas na contemporaneidade e as demandas sociais mais amplas, que se atualizam conforme o processo histórico (SOUZA NETO et al., 2004; PRONI, 2010; BRASIL, 2006) e as necessidades em relação ao corpo real, não mediatizado.

Também a função social da atividade física não é apreendida no processo de aculturação das novas gerações e de formação da consciência crítica dos sujeitos sobre a manipulação mercadológica dos conceitos relativos ao corpo. Não são revisadas e atualizadas, por exemplo, as concepções sobre saúde, corporeidade, bem-estar, desempenho esportivo, aptidão física (MEDINA, 1983; BOURDIEU, 1983, 1989, 1989; ELIAS, 1993, 1994; BRACHT, 2003, 2010; GONÇALVES, 2010), o que alteraria também a noção de “consciência” corporal.

Mesmo com a abordagem hegemônica de corpo físico naturalizado, o modo de ver as finalidades da EF vem sendo discutido por uma fração dos acadêmicos dessa área, especialmente a partir de 1980, em algumas universidades. Estudos sobre corporeidade e educação (GONÇALVES, 2010), o corpo e as reações psicossomáticas (PERES, 2006), o significado do corpo em diferentes culturas, as práticas em relação à saúde (GUEDES, GUEDES, 1995; NAHAS, 1989, 2001), desenvolvimento de habilidades, sensações e adaptação às expectativas sociais, sentimentos em relação ao valor da vida, reação à morte, aspectos da saúde e limitações corporais, práticas para o

alcance de modelos estéticos, entre outros (RODRIGUES, 1992/2010), têm demonstrado que o conceito de corpo depende da estrutura social, da cultura e da organização social de cada grupo.

Medina (1983) afirmou que o homem concreto é aquele que entende o contexto em que vive, inseparável das relações cotidianas, que se concretizam dinâmica e reciprocamente. Em outras palavras, as práticas educativas devem estar intrinsecamente relacionadas à realidade das relações do ser humano com seus costumes, políticas, ética, estética no sentido da sensibilidade para a harmonia, graciosidade e fluência dos símbolos que o corpo e aparência mantêm com os sentidos construídos socialmente. Segundo esse autor, deve a EF admitir que a área deve atender às necessidades de seu objeto pedagógico – no caso, o homem.

Os cursos voltados para ciência do movimento ou da atividade física criados a partir de 1990 consolidaram a percepção de que o corpo está dissociado da cultura – em seu sentido antropológico, da mente, das emoções, o que inclui os significados sociais de gênero, raça, idade, aptidões, entre outros.

Bracht, em 1999, salientou que, mesmo considerando a participação da Educação Física na aprendizagem escolar, o papel da corporeidade foi negligenciado. O autor demonstra que, mesmo quando a EF e a Pedagogia reconhecem que educar o corpo é educar o comportamento, restringem à EF a tarefa de disciplinar, separando o corpo dos aspectos subjetivos e culturais, reproduzindo largamente a ideia de que é meramente mecânico.

Nesse caso, a Pedagogia e a EF deixaram de considerar a afirmação de Foucault (1985 apud BRACHT, 1999), de que a coordenação e realização das ações da política de disciplinamento e dominação do corpo se agregam às práticas de saúde, recreação e esporte, gerando “saberes” e “técnicas” dissociados entre si, para dissimular as finalidades sociais e políticas da educação do físico, a fim de adaptá-lo às exigências das formas sociais de organização da produção e reprodução da vida:

Alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de adaptação e controle social (corpo dócil) (BRACHT, 1999).

Para Bracht, o déficit de dignidade do corpo resulta do caráter secundário que adotou perante a força emancipatória do espírito e da razão destacados pela modernidade, sendo mantido por um discurso que secundarizou sua importância e o modelou segundo interesses de distinção, controle e apropriação da força (BOURDIEU, 2010). Para Foucault (1999), o controle da liberdade, da expressão, do movimento e da manifestação é conseguido pelos dispositivos de controle – compostos de modelos, valores e regras que ameaçam com sofrimento físico ou psicológico, exclusão, entre outros.

Da mesma forma, Gonçalves (2010) advoga que os profissionais da área devem resgatar a noção de que o corpo se torna humano pelo trabalho, pela cultura, pela consciência produzida socialmente e pela práxis da educação que promovem sua humanização. Desse processo lento e multifacetado participam todos os setores e atores da sociedade. A autora destaca que a EF deve perceber e assumir que é uma Educação e envolve o homem como uma unidade constituída dialeticamente pela realidade tanto em sua dimensão pessoal como social.

Essa autora salienta que, segundo Buytendijk (1957 apud GONÇALVES, 2010), a EF, como ato educativo que se relaciona diretamente com a corporalidade e o movimento humano, tem afinidade com a concepção de que o corpo é um dispositivo multidimensional de comunicação e que o movimento é uma forma de “diálogo entre o homem e o mundo”.

Nessas bases, Gonçalves (2010) sugere que a EF, enquanto processo humanizador, proponha uma intervenção que auxilie os alunos – de dentro ou fora da escola – a decodificarem os ritos e símbolos que têm integrado em seus hábitos, valores e comportamentos, auxiliando a construir seus próprios significados de movimento e corporalidade “por meio de experiências em que possa vivenciar diretamente o sentido de determinada ação motora”.

A principal implicação dessas novas visões é a necessidade de revisão dos conceitos fundamentais sobre os quais se construiu o capital simbólico da profissão em Educação Física. Ou seja, revisar as noções de corpo e movimento humano que mantêm uma abordagem mecanicista e fisiológica – tanto nas Licenciaturas como nos Bacharelados –, passando a ser estudada como noções e sentidos construídos social e culturalmente a partir de determinadas influências históricas, econômicas e políticas locais.

A emergência desses novos conceitos oportuniza buscar uma nova concepção de cunho socioantropológico da corporeidade e da relação dos sujeitos com seus corpos e com as representações de saúde e qualidade de vida na sociedade ocidentalizada. Para Rodrigues (2010), é necessário entender essas representações socioculturais, dando-lhes também abordagens psicanalíticas, procurando associar a sentidos pessoais, pensamento e sentimentos dos sujeitos.

Analisando a corporificação dos sentidos culturais – sociais e pessoais – individuais, pode-se entender o papel que a educação exerce sobre a formação – a humanização – dos indivíduos. Pode-se visualizar a importância da EF na construção de uma cultura acrítica que tem a finalidade de estabelecer rupturas, contrastes e distinções em relação à natureza biológica (RODRIGUES, 1979) dos homens e do ambiente. Pode-se identificar o papel da EF na atribuição dos sentidos (significados) que orientem a percepção, a expressão, o comportamento e as transformações necessárias no nível individual e coletivo para atender a interesses políticos e mercadológicos.

Santos (2011), quando analisa o papel da Ginástica Laboral (GL) nas empresas, verifica que a motivação pelas atividades relativas aos Programas de GL e seus efeitos na produtividade dependem de outros fatores da relação entre os indivíduos e a organização. Destaca que uma nova abordagem de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) representa uma evolução do conceito de saúde do trabalhador e envolve diversas outras dimensões nas esferas das ciências humanas e sociais aplicadas.

Os estudos empreendidos para constituírem essas reflexões consideram a complexidade das relações entre saúde e trabalho, estresse e desempenho, indivíduo e organização (LIPP, 1996, 2003; WISNER, 1994; DEJOURS, 2008; LIMONGI-FRANÇA, 2004), afirmando a participação da corporeidade ou corporalidade na construção das habilidades do fazer, pensar e sentir no mundo do trabalho.

Conforme observação de Dejours (2008), o corpo apreende, aprende e é um dispositivo humano de inteligência, para quem o ato de trabalhar é orientado para um objetivo de produção, incluindo os pensamentos indissolúveis dele. Essa ação envolve a decisão de um sujeito que construiu o saber-fazer por meio da articulação entre inteligência, corpo, sensações, percepções, intuição, conhecimento e a eficácia das regras, princípios e relações do sistema organizacional (operacional, administrativo, de produção, entre outros) articulados com as condições pessoais de cada trabalhador.

Essa explicação coloca o corpo, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador na mesma relação de expressão da subjetividade – fundamento do conceito de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL, 1997).

No tocante à dissociação desses aspectos na gestão do trabalho dos sujeitos nas empresas, Wisner (1994) aponta que as patologias relacionadas ao trabalho podem ser vistas como resultado de aspectos subjetivos, físicos, cognitivos e emocionais, relacionados à carga do trabalho, às condições físicas do trabalhador e condições de adaptabilidade e segurança das instalações. Afirma ainda que a psicopatologia deve auxiliar o especialista em ergonomia, pois fadiga, sofrimento, ansiedade e *burn-out* estão associados às condições físicas e psicológicas do trabalho.

De acordo com esse autor, todo trabalho físico tem uma dimensão cognitiva que pode estar ligada à ansiedade, ao medo, às incertezas das informações (sobre metas e procedimentos de produção, desempenho individual e coletivo, expectativas, padrões de comportamento no trabalho, entre outros). Afirma que essas dimensões e condições estão associadas às decisões a serem tomadas em situações perigosas – de risco físico, patrimonial e ambiental.

Nesse processo, o corpo recebe, processa e manifesta informações sobre a subjetividade, assim como manifesta, de forma individual, a relação que o sujeito mantém com a organização, o coletivo dos trabalhadores e os sentidos adquiridos na vida cultural de seu grupo social.

Santos (2011), reforçando o caráter multidisciplinar de QVT, sugere integrar as contribuições de conceitos ampliados de saúde, psicologia, sociologia e saúde do trabalhador a modelos mais participativos de gestão e de organização do trabalho, de modo que a atividade vá além dos músculos, tendões e ossos a serem recuperados.

Esse autor propõe que a “Educação” Física consiga chegar às causas dos desconfortos, pressão, estresse e sofrimento psicológico e social geradas pelo trabalho desqualificado, numa ação que envolva outros profissionais da área da saúde, resgatando a humanidade do trabalhador”. Como coadjuvante de um processo amplo de QVT, a GL pode contribuir com uma pedagogia da corporeidade – corpo e mente expressos em disposições, inteligibilidade e comportamentos – que

auxilie na adaptação consciente deste homem ao trabalho e à organização, com menos prejuízos pessoais e maior contribuição aos processos organizacionais, conforme Gonçalves (2010).

Santos (2003), parafraseando Bracht (2003), destaca que a midiática dos esportes e dos modelos estéticos não parece estimular estilos de vida “saudáveis”. Afirma que as restrições contemporâneas a uma vida participativa, com sentido coletivo e individual, auxiliam na desconexão entre corpo e mente, reforçando a concepção mecanicista de corporeidade. Deixa-se de realizar e participar de atividades expressivas – grupais, sociais, culturais e recreativas – promovendo-se a desqualificação da alimentação e a corrida para atender a modelos estéticos e de desempenho dissociados de um estilo de vida ativo.

O objeto da EF é o corpo ou o movimento estudado pela fisiologia ou a humanização pela “educação” física para uma cultura crítica da corporeidade?

Rodrigues (2002), em estudo realizado sobre a construção socioantropológica dos significados do corpo e, portanto, dos conceitos relativos a ele, descreve as expressões do corpo como componente de comunicação social e expressão pessoal.

Esse autor demonstra, em vasto estudo sobre a emergência desses conceitos, que esses construtos determinam a noção do que é natural e desejável. Como dispositivos sociais de modelagem dos indivíduos, consiste num mecanismo que faz parte das culturas, visando manter certas visões sobre a vida, o homem, a natureza, o pode/deve ou não ser expresso pelos indivíduos para coesão e ordem do sistema social em vigor.

Argumenta que essa tendência de análise socioantropológica, somando considerações psicanalíticas, vem se constituindo e se consolidando com a contribuição da linguística e do postulado de que o comportamento humano e as relações sociais constituem uma linguagem que estabelece significação aos comportamentos e atitudes humanas (RODRIGUES, 2010).

Ainda, enfatiza que esses sistemas de significados são introjetados pela Educação nos indivíduos, visando fixar similitudes essenciais para garantir homogeneidade no sistema social e na vida coletiva, conforme Rodrigues (2010). As concepções sobre corpo são construídas, e as concepções mecanicistas e fisiológicas,

construídas depois da modernidade, ocupam posição fundamental nas ciências naturais, pois decorrem do advento da racionalidade como motor da ciência positivista que reduz o corpo, sua expressão e funcionamento às reações bioquímicas.

Nesse sentido, os conceitos e procedimentos associados às concepções de movimento humano que contaminam a prática e os rituais da EF enfatizam o corpo como mecanismo fisiológico e decorrem do sistema de representação que separa o corpo da mente, de modo a disciplinar um e dominar o outro, classificando gestos, comportamentos, estabelecendo expectativas, alimentando racionalizações sobre relações entre estilo de vida e aptidões físicas, modelos estéticos e saúde, qualidade de vida e funções biológicas, entre outros, sendo essa a razão da resistência às novas concepções de corporeidade, saúde e qualidade de vida.

A função de uma Educação da Corporeidade seria traduzir as representações sob o ponto de vista da política, da história e da sociologia, conscientizando sobre as contradições internas desses conceitos e suas representações relativas ao controle do corpo. Daí a necessidade de se criar uma nova estrutura curricular e abordagem pedagógica na formação profissional de EF, de modo a gerar outra interpretação e apreensão desses fatos e uma intervenção mais rica e menos condicionante, de caráter educativo, para benefício dos sujeitos da EF – dentro e fora da escola.

Rodrigues (2010) explica que os significados da cultura são transmitidos pela Educação e transformados em inconscientes, ficando presos nos gestos, costumes, códigos de valores e linguagem, o que coloca cada um no lugar que lhe é destinado na estrutura. Daí a necessidade de uma pedagogia crítica de tradução desses códigos.

A nova formação em EF, fundamentada na concepção apresentada, deve instrumentalizar os sujeitos da atividade para a consciência de outras possibilidades, alcançando a integração biopsicossocial e espiritual do movimento e corpo humanos. A principal consequência da aplicação dessa outra lógica e desse outro nível de inteligibilidade sobre o corpo e sua função cultural e antropológica é que a Educação Física mudaria de posição no processo educacional e na formação integral dos sujeitos.

Assim, a EF deixa de ser um coadjuvante técnico com papel disciplinar (nos dois sentidos) para adotar um papel formador da consciência e da inteligência corporal.

Afirmando o papel pedagógico desse profissional, não se está destacando o papel didático dos métodos para treinar conforme o desempenho desejado, e sim o papel formativo desse homem, que terá como instrumento de aculturação a consciência de sua corporeidade, envolvendo suas capacidades físicas e orgânicas de expressão e comunicação – um processo educacional que busque construir a cultura, que relacione os estados de ânimo, personalidade e motivações aplicados em atividades artísticas, esportivas, expressivas, recreativas e no diálogo com outros homens, num processo de comunicação também corporal.

Destacando o conceito de corporeidade ou de corporalidade, é possível elaborar uma pedagogia que vá além do “movimento” mecânico e funcional, da “atividade física” por ela mesma, do “lazer” vazio e da “recreação” inconsequente que distrai/descuida e negligencia a atenção sobre as representações culturais e individuais do corpo. Pedagogia que deve aumentar a atenção dos sujeitos sobre o corpo, suas manifestações e identidade, aumentando a consciência sobre os significados das reações físico-químicas, musculares e orgânicas de um corpo que pensa, sente, aceita, rejeita, luta, contradiz ou pacifica tudo que se relaciona consigo mesmo num espaço social.

Conforme Medina (1983), a transformação da prática e da cultura profissional em EF depende de um embasamento filosófico crítico e de uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre seu papel para a humanidade, para a sociedade e para a qualidade de vida dos seres humanos.

A concepção vigente se mantém apoiada nos conceitos de sintomas, condições ou características físicas, e não na concepção de que saúde não é a falta de doença (BRASIL, 2002; GUEDES; GUEDES, 1995). As novas concepções relativas a saúde e QV representam uma condição e modo de estar na vida, com um nível de cognição, percepção e conhecimento, consciência – cogitação e crítica sobre suas visões, atrelado à sensação de bem-estar e satisfação pessoal. Estas condições de bem-estar e satisfação são geradas pela possibilidade de atuar sobre sua vida mesmo com limites e vulnerabilidades em sua condição física, mental e social.

É necessário ir além dos limites produzidos pelas visões instituídas e atribuições conferidas a esse Profissional. Deve-se destacar que a Educação da corporeidade (movimentos, gestos, jogos, esportes, expressões artísticas e culturais) pode ampliar a consciência

sobre representações relacionadas ao corpo impostas pelos dispositivos da Educação, da Comunicação e, mais recentemente, da Propaganda e Marketing, superando-as.

Esta proposta de reflexão vai além da adequação dos programas de formação para a Promoção de Saúde e Qualidade de Vida. Procura restabelecer a análise sobre a corporeidade e seus conceitos afins – enquanto dispositivos sociais (BOURDIEU, 1983), como princípios para alterar as práticas pedagógicas e conteúdos de formação profissional da EF. O desafio para as agências formadoras, então, é superar a abordagem mecanicista de corpo, estabelecendo novo significado para as intervenções desse Profissional.

Redefinindo-se no campo da “Educação”, a EF pode desenvolver uma pedagogia da corporeidade (GONÇALVES, 2010; MEDINA, 1993; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2013), mudando o foco do corpo para a corporeidade, do treinamento para a Educação, alcançando objetivos mais amplos na formação corporal dos sujeitos.

Este estudo procurou mostrar que a EF é parte do processo social e político de Promoção da Saúde e Cidadania, mas, de modo mais específico, do amplo e complexo processo social da Educação e da Cultura. Propõe, por isso, uma nova função social da EF, além de um objeto comum na Licenciatura e Bacharelado. Entendendo as relações estudadas, propõe a consciência crítica da corporeidade como objeto da EF. Sugere que a formação profissional promova a EF como um processo de Educação da Corporeidade e que amplie a abrangência de sua intervenção para atuar em diferentes níveis das políticas públicas de Educação e Cultura, nos níveis estratégico, tático e operacional delas.

ABSTRACT

RELATION BETWEEN BODY CONCEPTS, HEALTH AND LIFE QUALITY: CRITICAL CONSCIOUSNESS OF CORPOREALITY AS SUBJECT OF PHYSICAL EDUCATION

Body and health concepts are subjective concerns of the relationship between individuals and their natural and sociocultural environment, expressing values, meanings and expectations. Physical Education (PE) acts building subjectivities and cultural meanings about

the corporeality and well-being. Using a systematic literature review, the author analyzes historical and anthropological conceptions about the subject and its position in the symbolic field and capital of PE. It proposes a new PE's role in the educational process, suggesting vocational training to promote PE also as education about corporeality - process which purpose is the critical awareness of cultural meanings embodied by the social subject.

Keywords: body, corporeality, quality of life, physical education.

REFERÊNCIAS

BAREMBLIT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003 (1998).

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (1989).

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (1989).

_____. **Sociologia / Coletânea – Renato Ortiz**. São Paulo: Ática, 1983.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos CEDES**, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101 . Acesso em: 2 jun. 2010.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. PROJETO PROMOÇÃO DA SAÚDE. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Série B. Textos Básicos em Saúde.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

_____. Portaria Interministerial nº 675, de 4 de junho de 2008. Institui a Comissão Inter setorial de Educação e Saúde na Escola. **Diário Oficial da União**, nº 106, 5/6/2008, Seção 1, p. 19-20.

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. O surgimento do conceito “corpo”: implicações da modernidade e do individualismo. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 9, p. 53-60, setembro/2005.

DEJOURS, Christopher. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

_____. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **Desenvolvimento do WHOQOL**. Grupo WHOQOL. Porto Alegre: UFRGS / OMS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Divisão de Saúde Mental - Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal, 1998.

_____. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da organização mundial da saúde (whoqol-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, n. 1, jan./mar. 1999.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. **A avaliação da qualidade de vida**: guia para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; SKEVINGTON, Suzanne. Explicando o significado do WHOQOL-SRPB. **Rev. Psiq. Clín**, n. 34, supl. 1, p. 146-149, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. São Paulo: Papyrus, 2010.

LOWEN, Alexander. **O corpo em terapia**: a abordagem bioenergética. São Paulo: Summus Editorial, 1977.

MEDINA, João Paulo de Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e mente!** Campinas: Papirus, 1983.

NAHAS, Marcos Vinícius. **Atividade física, aptidão física & saúde.** Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 1989.

_____. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** Londrina: Midiograf, 2001.

PERES, Rodrigo Sanches. O corpo na psicanálise contemporânea: sobre as concepções psicossomáticas de Pierre Marty e Joyce McDougall. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 165-177, 2006.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

SAMPAIO, Rosane F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, Gumercindo Vieira dos. Contribuição da ginástica laboral aos programas de qualidade de vida no trabalho – QVT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E SAÚDE, 7., 2011, Minho, Portugal. **Resumos...** Minho, Portugal: Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2011. p. 30.

_____. **Qualidade de vida e promoção de saúde: aspectos do objeto de estudo e campo de intervenções da Educação Física na sociedade contemporânea.** Tese (Formação Avançada em Educação – Doutorado) – Universidad de La Empresa, Montevideo, Uruguay, 2013.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho.** São Paulo: Fundacentro, 1994.

Endereço para correspondência:

Av. Sete de setembro, 3165 – Rebouças
80230-901- Curitiba – PR
E-mail: gumersan@utfpr.edu.br